



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TOMADA DE CONTAS - COFTC

Parecer n.º 08 de 15 de Março de 2021.

Projeto de Lei n.º 5/2021 de 2 de Fevereiro de 2021.

EMENDA PARLAMENTAR Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 5/2021 VEREADOR JOSÉ DAMATO NETO

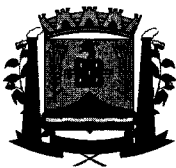
De autoria da Vereador José Damato Neto, a emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 5/2021 que visa alterar a redação do Art. 1º, ficando assim:

“Art. 1º. Todo processo licitatório realizado de forma presencial pelos órgãos e entidades da administração direta, indireta, Autárquica e Fundacional, bem como pelo Poder Legislativo Municipal, deverá ser gravado em áudio e vídeo pelo órgão responsável pelo certame.”

Vem a esta comissão, para parecer, projeto em epígrafe, com base no artigo 49 do Regime Interno que relata:

“Art. 49. Compete à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas manifestar-se sobre projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento e aos créditos adicionais; matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívidas públicas e outras; além de proposições que representam modificação patrimonial do município, bem como as contas do Prefeito, fiscalizando a execução orçamentária”.

A Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, em seu art. 6º versa:



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

"Art. 6º Cabe aos órgãos entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos aplicáveis, assegurar a:

I – Gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e a sua divulgação;

(...)

IV – informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;

(...)

Buscando também o art. 30, inciso I e II da Constituição Federal (CF), é tido que:

"Art. 30 Compete aos municípios:

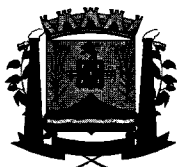
I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

(...)

A emenda nº 1, de autoria do Vereador José Damato Neto, pretende fazer com que todo processo licitatório realizado de forma **presencial** pelos órgãos e entidades da administração direta, indireta, Autárquica e Fundacional, bem como pelo Poder Legislativo Municipal, seja gravado em áudio e vídeo pelo órgão responsável pelo certame. As referidas gravações terão que estar disponíveis até 48 horas após o encerramento de cada sessão de licitação e ficarão disponíveis por 5 anos para consulta conforme consta no referido Projeto de Lei.

Na justificativa do Projeto, o autor lembrou que **nenhum gasto extra** será incorporado para a administração pública, haja vista que o objetivo é ampliar a transparência e aumentar a fiscalização, concretizando preceitos constitucionais. Sendo assim e em contato com o Poder Executivo Municipal, nos foi confirmado de que, de fato, não acarretará em significativos aumentos financeiros a gravação das sessões licitatórias presenciais.

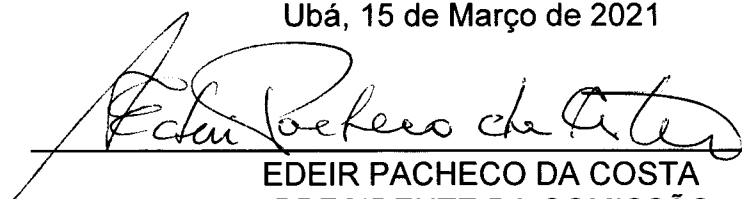



Câmara Municipal de Ubá


ESTADO DE MINAS GERAIS

Pelas razões expostas, a Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas opina pela aprovação da emenda nº 1 de autoria do Vereador José Damato Neto.

Ubá, 15 de Março de 2021


EDEIR PACHECO DA COSTA
PRESIDENTE DA COMISSÃO


GILSON FAZOLLA FILGUEIRAS
MEMBRO DA COMISSÃO


ALINE MOREIRA SILVA MELO
MEMBRO DA COMISSÃO